
OS CICLISTAS DE BRASÍLIA

Mariza Corrêa

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

“Olé, olé, Roberto Carlos é um chimpanzé” cantava a torcida do Atlético de Madrid em janeiro, durante o jogo entre este clube e o Real Madrid – que tem dois jogadores brasileiros no seu time, Roberto Carlos e Ronaldo (Perrone, 2005). Dois jogadores negros – condição que não é mencionada na reportagem. Mesmo uma leitora que não sabe nada de futebol, no entanto, pode entender por que o repórter qualifica de *ofensa racista* esse estribilho. Aparentemente, xingamentos são corriqueiramente ouvidos por jogadores negros que atuam em times espanhóis e ninguém parece ter dúvidas sobre eles serem racistas, por serem dirigidos a quem são. Inversamente, por que é então tão difícil qualificar como negro alguém que possa ser alvo de tais ofensas? Essa é a difícil questão tratada nesse artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, ao analisar o ingresso de negros na Universidade de Brasília através de cotas destinadas a eles. De fato, eles se desviam da questão das cotas para discutir o papel do antropólogo na sociedade brasileira, incluídos os dois antropólogos de Brasília responsáveis pelo plano implementado pela universidade – ainda que não pela comissão de averiguação da raça – e o antropólogo anônimo que participou da malfadada comissão. Por isso, creio que a parte mais interessante do artigo é a que compara o trabalho do antropólogo como perito nesse caso à peritagem antropológica regularmente feita a pedido da justiça – sob os auspícios da ABA – nos casos de demarcação de terras indígenas. Creio também que os autores poderiam ter ido adiante nesse questionamento, já que mencionam o fato de a Funai ter assegurado cotas para índios nas universidades. Não creio ter visto nenhum artigo sobre esse fato em nenhum de nossos jornais diários ou revistas antropológicas – apesar de haver em todos esses meios de comunicação um farto debate sobre se as cotas para negros na universidade deveriam existir ou não. Também não vi nenhum debate sobre a distribuição de terras, algumas delas com reservas minerais riquíssimas, a descendentes de índios e, agora, também, de quilombolas. Parece-me que, se vamos contestar o papel de perito dos

antropólogos, é preciso contestá-lo em geral e não apenas a partir de um exemplo específico, caso em que pareceria haver má vontade da comunidade antropológica com os antropólogos envolvidos naquele caso.

Apesar de a discussão sobre cotas universitárias aos afro-descendentes – que me parecem um equivalente simbólico das terras dadas aos índios no nosso país (demarcação que, anos atrás, se centrou, justamente, em como se definia quem era índio) – não estar no centro da discussão nesse artigo, ela é uma presença gritante, já que é só graças à sua existência nesses últimos anos que a Universidade de Brasília pode meter os pés pelas mãos ao criar a tal comissão de averiguação racial. E é evidente que se trata, num caso como no outro, de uma questão política, não científica. Que interesses políticos se valham, retoricamente, da ciência para melhor salvaguardá-los, é coisa antiga num mundo no qual a ciência é tão valorizada. Marcos e Ricardo poderiam até ter lembrado velhos equipamentos e testes (americanos) usados em algumas das pesquisas do Projeto Unesco, e que eram aplicados a membros de comunidades rurais brasileiras, com o intuito de comprovar “cientificamente” a cor dos entrevistados. Portanto, assim como a burocracia da universidade merece ser criticada por ter usado a ciência como pretexto para sua avaliação objetiva dos candidatos, nós todos merecemos ser criticados se pretendemos que o que fazemos em casos semelhantes é parte de nosso arsenal teórico ou de nossas práticas de pesquisa – se é, enfim, uma atividade científica. Não, é política, e isso deveria poder ser dito com todas as letras para que, assim, possamos ter clareza sobre nossos horizontes e limites como cidadãos – que não deveriam ser mais dilatados nem mais estreitos do que os dos cidadãos do país em geral. Ou seja, se a identidade (esse termo tão esgarçado) dos envolvidos está, como dizem os autores, em constante rearticulação, há uma disputa política em andamento na nossa sociedade sobre qual a feição que tal identidade deverá ter e, assim, é perfeitamente legítimo tanto defender a existência de cotas na universidade quanto criticar sua aprovação. O que não é legítimo é desqualificar a postura dos defensores de um ou outro campo, sugerindo que se trata de uma postura “não científica”, e sugerindo no mesmo passo que a postura adotada por quem fala é a única embasada em razões científicas. As causas para tais ou quais movimentações políticas são também políticas. É esse o recado sutil dos autores do artigo?

A propósito de mobilizações políticas, lendo o texto de Marcos e Ricardo, lembrei da piada de um humorista judeu, num programa de tevê

americano. Dizia ele para seu interlocutor: “Hitler deveria ter perseguido os ciclistas e não os judeus.” “Os ciclistas?”, diz o outro, espantado, “por que os ciclistas?”.

“E por que os judeus?”, responde ele.

Referência

PERRONE, Ricardo. Dupla do Brasil cala a torcida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. D1, 10 jan. 2005.